

PETIÇÃO 10.438 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PAULO ROBERTO GALVAO DA ROCHA
REQTE.(S) : HUMBERTO SERGIO COSTA LIMA
REQTE.(S) : FABIANO CONTARATO
REQTE.(S) : JAQUES WAGNER
REQTE.(S) : JEAN PAUL TERRA PRATES
REQTE.(S) : PAULO RENATO PAIM
REQTE.(S) : ZENAIDE MAIA CALADO PEREIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : JANAINA PONTES CERQUEIRA
REQDO.(A/S) : JAIR MESSIAS BOLSONARO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

PETIÇÃO. NOTITIA CRIMINIS. ATUAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. VISTA À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA.

1. *Notitia criminis* apresentada por Paulo Roberto Galvão Rocha, Senador da República, e outros, em desfavor de Jair Messias Bolsonaro, presidente da República.

Sustenta que, “*desdobramentos das apurações processuais, em sede de inquérito policial e processo judicial, acerca de possíveis atos criminais de corrupção passiva, tráfico de influência, advocacia administrativa e prevaricação pelo ex Ministro da Educação – Milton Ribeiro – trazem a lume posturas do Excelentíssimo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro que apontam para possível incursão em prática de violação de sigilo processual e obstrução de justiça*”.

Afirma que “*o jornal O Globo traz notícia - instruída com trechos de gravações de ligações telefônicas interceptadas, que integra elementos de prova da investigação criminal - de que ‘O Ministério Público Federal cita possível*

PET 10438 / DF

interferência ilícita de Bolsonaro na investigação contra Milton Ribeiro”.

Notícia que “a fala do ex-Ministro, detectada em interceptação telefônica – assim como de sua esposa - indicando uma atuação do Presidente da República propicia a ‘proteger’, ‘precaver’ ou ‘beneficiar’ investigado ou réu, traz um elemento de desvirtuamento de legalidade e de violação de princípios republicanos assentados na Constituição Federal que ensejam averiguação, a bem de se entregar à sociedade certezas quanto à lisura por quem investido em função de Presidência da República”.

Pede-se “a intimação da Procuradoria-Geral da República para, se assim convencida, oferecer denúncia contra o representado JAIR MESSIAS BOLSONARO, atual Presidente da República, pelos fatos expostos, sem prejuízo de outros que identifique como violadores da ordem jurídica e dos deveres funcionais, à luz da legislação brasileira, de modo que sejam devidamente apuradas e sancionadas as responsabilidades decorrentes da postura do mais alto dirigente da nação e do Governo deletérias ao Estado de Direito e aos princípios Republicanos, caros à nossa sociedade e essenciais à nação, em possíveis atos de obstrução da justiça e violação de sigilo processual, tipificadas em lei”.

2. Relata-se, na notícia apresentada, quadro de gravidade incontestável, o que impõe a manifestação da Procuradoria-Geral da República, para se cumprirem os fins do direito vigente.

3. Na sequência, retornem-me os autos imediatamente conclusos.

Brasília, 29 de junho de 2022.

Ministra CÁRMEN LÚCIA
Relatora